

Vila Real Revista 17

editorial 3

destaque 4

Periferia mais próxima do centro

gente 10

Elói Ribeiro, Governador Civil de Vila Real

um lugar 18

Borbela: Prioridade à variante da EN 313

o que é nosso 22

Projecto Aléu, um balanço positivo

empresas 30

Lacalfer, a qualidade no tratamento de alumínio

registos 34

Vila Real mais verde, Jardim da Carreira
volta a ser ponto de encontro

notícias 38

Vila Real Revista - Revista da Câmara Municipal
de Vila Real - Ano V, Nº 17, Outubro •

Periodicidade: trimestral • **Director:** Dr. Manuel
Martins • **Edição e Propriedade:** Câmara
Municipal de Vila Real, Av^ª Carvalho Araújo,
5000 Vila Real • **Coordenação Editorial:**
Gabinete de Imprensa e Relações Públicas

• **Coordenação Redactorial:** Mediana S. A.

• **Produção:** Mediana, Sociedade Gestora de
Imagem e Comunicação S.A., Rua Costa Cabral
777- A salas 10 e 14 - 4200-224 Porto
Tel.: 22 5573760 Fax: 22 5573761

Email: geral@mediana.org •

Execução Gráfica: Rainho & Neves, Lda - Santa
Maria da Feira • **Depósito Legal:** 106320/96

• **Tiragem:** 5.000 exemplares



É com prazer que, no seu regresso à actividade após as férias estivais, fazemos chegar até si, caro leitor, o eco do que tem sido a actividade autárquica deste ano – ou , pelo menos, de um pouco dessa actividade, já que seria inviável incluir numa publicação todas as tarefas e decisões que fazem parte do dia-a-dia da gestão do município.

Assim, neste número de Vila Real – Revista, seleccionamos algumas iniciativas que serão determinantes para melhorar o bem-estar das populações do nosso concelho.

A diminuição das diferenças entre o centro e a periferia do território concelhio tem sido uma das nossas preocupações constantes, nomeadamente no que diz respeito ao acesso a serviços indispensáveis. Com a instalação dos Gabinetes de Atendimento ao Cidadão, os munícipes das freguesias fora da cidade passam a ter acesso a serviços públicos comuns, que dantes os obrigavam a deslocar-se à sede do concelho.

O regresso à actividade

Em destaque nesta publicação está também a criação de um gabinete de apoio aos emigrantes, que, de regresso a Vila Real, vão poder obter auxílio sobre as opções a tomar para fazerem face à nova realidade que vão encontrar.

Como sempre acontece, gostamos de dar voz a quem avalizadamente tem uma opinião que merece ser escutada. Desta vez, o Governador Civil de Vila Real fala sobre a região e lança alertas importantes sobre as condições de desenvolvimento que nos separam do litoral.

A conclusão do Projecto Aléu, que deixa positivas marcas sociais, e a remodelação do Jardim da Carreira, que devolve à cidade um novo sentido de lazer urbano, são outros dos muitos assuntos que poderá desfrutar ao longo destas páginas.



O Presidente da Câmara Municipal de Vila Real

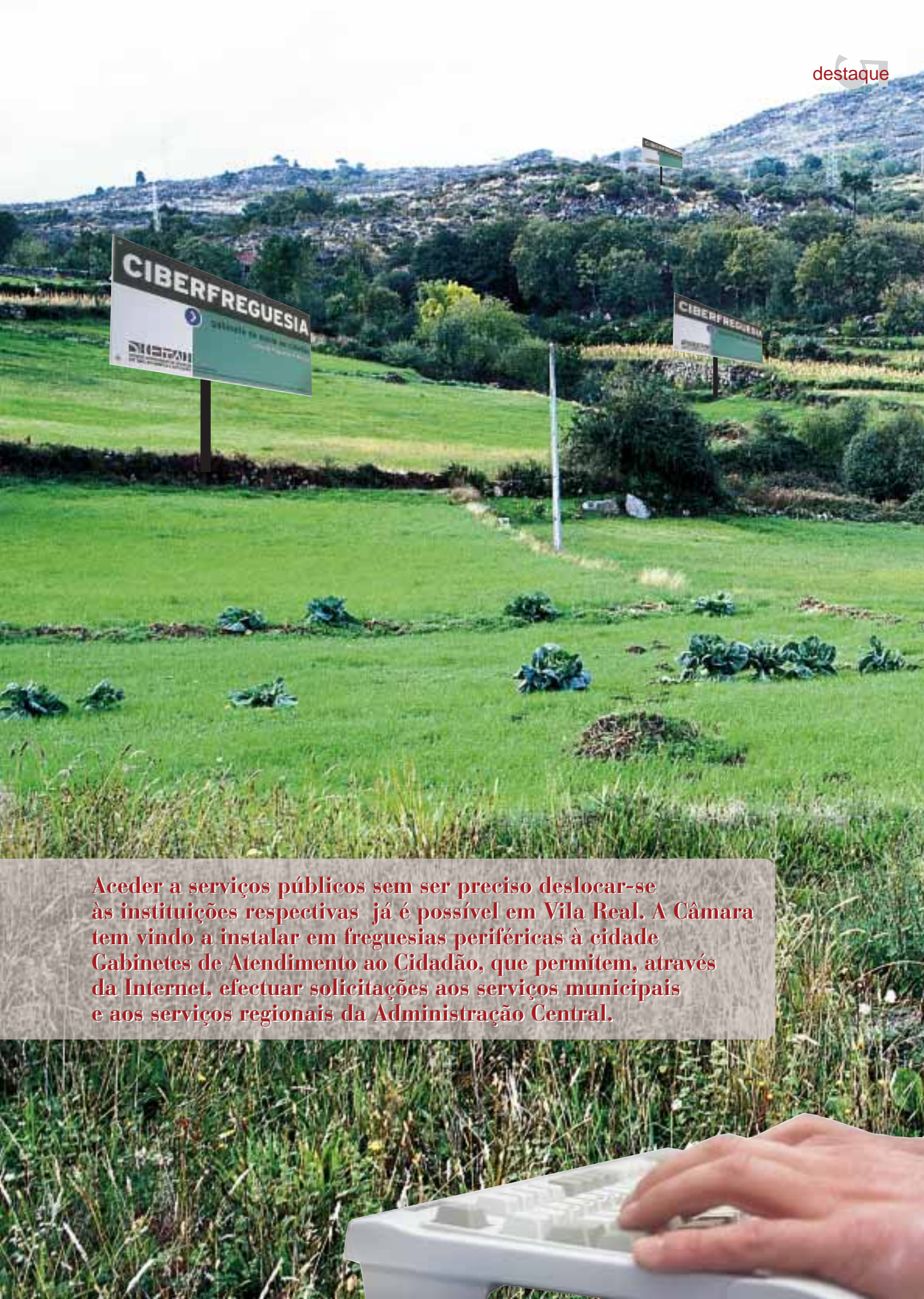

Manuel Martins

destaque

Freguesias acedem aos serviços
públicos pela Net



Periferia mais próxima do centro



Aceder a serviços públicos sem ser preciso deslocar-se às instituições respectivas já é possível em Vila Real. A Câmara tem vindo a instalar em freguesias periféricas à cidade Gabinetes de Atendimento ao Cidadão, que permitem, através da Internet, efectuar solicitações aos serviços municipais e aos serviços regionais da Administração Central.

O sistema, implantado pela autarquia em parceria com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, visa descentralizar o acesso dos cidadãos aos serviços públicos mais comuns. O que acontecia anteriormente é que, só para marcar uma consulta médica, por exemplo, um residente de uma freguesia como Abaças teria de se deslocar propositadamente da periferia do concelho até à cidade, onde se situa o hospital ou o centro de saúde. Com a instalação do Gabinete de Atendimento ao Cidadão, esta deslocação passa a ser desnecessária. Basta o interessado dirigir-se ao GAC da sua Junta de Freguesia, onde através de um computador ligado à Internet, pode fazer o pedido de consulta. A confirmação do pedido será depois enviada, também via Internet, pela instituição (neste caso, hospital ou centro de saúde) para a Junta de Freguesia. Como se percebe, o processo é bastante fácil, uma vez que as pessoas não terão que utilizar os clássicos formulários em papel, bastando fazer-se acompanhar dos documentos necessários a cada pedido. O procedimento também não implica qualquer conhecimento informático, já que o GAC conta com o apoio de um funcionário que realiza as operações necessárias, sendo possível que o serviço funcione em horário pós laboral de modo a ser mais compatível com o horário de trabalho de quem lá se dirige.

Note-se que apesar de se tratar de uma comunicação virtual, nem por isso quem faz a solicitação deixa de ter o comprovativo material da operação, uma vez que o seu resultado pode ser impresso. Isto é ainda mais evidente quando se trata da resposta da entidade ao cidadão: quando chega ao GAC qualquer documento importante (um aviso, por exemplo), ele poderá ser impresso, ficando imediatamente disponível aos interessados, o que significa um avanço na facilidade e rapidez em fazer chegar a informação aos cidadãos por parte da administração pública.

Quatro freguesias

No concelho de Vila Real, há já quatro freguesias com GAC: Mouços, Abaças, Andrães e Campeã. Estes postos de atendimento foram criados nas Juntas de Freguesias, porque a ligação doméstica à Internet por parte dos residentes nas freguesias periféricas é baixa, de modo que o GAC funciona como ponto local de acesso ao sistema.

As entidades que estão ligadas ao sistema – baptizado como SECTAD (ver "O sistema") – são a Câmara Municipal, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, o Centro Regional de Segurança Social, o Centro de Saúde e o Hospital de Vila Real.

Este é um passo importante para a desburocratização dos serviços públicos no concelho, mas é claro que só podem ser disponibilizados serviços que não exijam obrigatoriamente a presença física do cidadão. No caso da Câmara de Vila Real, os procedimentos disponíveis através dos GAC são a apresentação de solicitações e reclamações; pedidos de limpeza de contentores, de lixeiras, de remoção de objectos domésticos fora de uso e de animais mortos abandonados. Estão ainda disponíveis operações relacionadas com o apoio informativo da autarquia ao consumidor e opções de pagamento idênticas ao multibanco.



O sistema

O SCETAD (Serviço Cooperativo de Extensão em Trás-Os-Montes e Alto Douro) nasce, numa primeira fase, do cruzamento entre a política nacional para a sociedade da informação e a intenção da UTAD em contribuir para o desenvolvimento da região e a quem se deve o know-how tecnológico do sistema,. Numa fase posterior, a autarquia de Vila-Real, a par de outras, entrou no projecto reconhecendo a importância da via digital para facilitar a comunicação entre os habitantes do concelho e a administração pública. A edição do Livro Verde para a Sociedade de Informação foi o primeiro passo para este caminho de modernização. O Serviço Cooperativo de Extensão da UTAD, enquadrou a sua missão neste contexto ao criar medidas de fomento a iniciativas das autarquias que visem a democratização do acesso à sociedade de informação.

Numa região onde as populações estão em muitos casos dispersas e com vias de comunicação que não cobrem as necessidades de deslocação rápida, o contacto entre os cidadãos e a administração pública é difícil. É neste enquadramento que a aplicação integrada de serviços digitais pode ser decisiva para a melhoria da qualidade de vida, na medida em que as tecnologias de informação possibilitem a redução da burocracia administrativa, a melhoria da gestão dos cuidados de saúde, a simplificação dos processos de decisão, entre outros.



• Vila real apoia emigrantes

A Câmara Municipal, juntamente com a Direcção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas (DGACCP), vai criar uma estrutura de apoio ao emigrante de modo a facilitar a sua reinserção aquando do regresso ao concelho.

No fundo, esta iniciativa é o reconhecimento da importância das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo. Consta-se que 90 por cento dos cidadãos regressados o fazem para o concelho e mesmo para a freguesia de onde partiram, daí o empenho da autarquia em criar este gabinete.

A estrutura funcionará, assim, como posto de atendimento aos recém-chegados, aconselhando os emigrantes sobre assuntos como oportunidades de emprego e formação profissional, segurança social, aplicação de poupanças para efeito de investimento (esclarecer sobre o recurso ao sistema «Poupança-Emigrante» e Fundos Estruturais), equivalência e reconhecimento de cursos obtidos no estrangeiro por luso-descendentes, entre outros.

O aconselhamento jurídico é outra componente importante para quem regressa a uma realidade diferente, relevante no esclarecimento de questões práticas como o imposto automóvel, dupla-tributação, registo civil e predial, divórcios, sucessões e revisão de sentenças estrangeiras.



Vila Real vai passar a ter um gabinete de acolhimento ao emigrante que regressa às suas origens. A ideia que está na base do Gabinete de Apoio às Comunidades Portuguesas é orientar os recém-chegados na nova realidade que encontram e proporcionar-lhes uma boa integração.

Por outro lado, verifica-se que milhares de portugueses já regressados pertencem a uma faixa etária elevada, sendo que isso é uma preocupação acrescida no que diz respeito aos direitos adquiridos e é mais um aspecto em que os emigrantes recebem apoio. Uma vez que grande parte da resolução deste assunto passa pela competência de diferentes entidades, a autarquia desenvolve a importante tarefa de articulação interdepartamental na região, reencontrando, caso seja necessário, o emigrante para as instituições competentes.

Note-se que o mesmo tipo de apoio concedido a quem regressa de Vila Real é prestado a quem pretende preparar a saída para o estrangeiro.

O Gabinete autárquico, a localizar nos Paços do Concelho, não se limitará a aconselhar os emigrantes que lá se dirijam, mas também a difundir e divulgar às entidades públicas e privadas da região especificidades relativas à emigração. A Câmara poderá suscitar ainda reuniões com diferentes departamentos de Estado, visando a associação de portugueses a projectos de investimento e desenvolvimento locais.



Elói Ribeiro, Governador Civil de Vila real

Como governador civil, Elói Ribeiro inspira-se nos princípios que o orientaram enquanto gestor de empresas: é preciso definir bem as prioridades para defender o desenvolvimento de uma região. O ex-vice-presidente do IEP e professor na UTAD mostra que a voz do distrito já se faz ouvir e que a passagem do IP4 a auto-estrada é disso prova. Além das ideias do governador, aqui fica também um pouco do homem que está por trás do cargo.

Precisamos ter as mesmas condições que as outras regiões



Fotos: J.P. Linares

Como é que um governador lida com a transição que os governos civis atravessam, estando previsto num futuro próximo a extinção deste órgão? Isso tem condicionado a sua actuação?

Quando se me colocou a hipótese do Governo Civil, eu sabia de antemão da possibilidade de cessação da actividade deste órgão, por isso, estive sempre descomplexado em relação a essa questão.

Entendo que é este é um trabalho que envolve um ciclo, um trabalho bastante profundo e uma das promessas que fiz na minha tomada de posse foi que o faria com toda a dignidade para bem do Governo que represento.

Dado que a delegação de competências da Administração Central não é grande, até onde pode ir essa representação?

Representar o Governo inclui auscultar as dificuldades e fazer a afirmação necessária de um distrito do interior, como é o caso.

Como é que isso se faz? Essencialmente elevando as aspirações que são deste distrito, ouvindo as populações e fazendo um trabalho em parceria com os seus representantes que são os presidentes das câmaras. E é neste âmbito que se deve fazer *lobbying*, na verdadeira acepção da palavra, pela positiva, lutando por aquilo que é fundamental para que determinado tipo de infra-estruturas, que são essenciais ao desenvolvimento do distrito se realizem em determinado período de tempo. Porque todos sabemos que, num mundo de competição, num mundo de aldeia global, interessa que o distrito possa competir com outros grupos populacionais mais desenvolvidos do país, nomeadamente os que estão no litoral.

Essa assimetria litoral/interior está identificada há largos anos, falando-se num país «a duas velocidades». Acha que, nos últimos anos, a diferença tem diminuído significativamente ou as diferenças fundamentais mantêm-se?

Efectivamente, nos últimos tempos isso pouco se esbateu, muito há a fazer para que as diferentes regiões se aproximem. Aliás, à imagem do que País tem que fazer perante a União Europeia. É necessário ajudar as regiões mais desfavorecidas, com as suas gentes, com o seu saber, com o seu espírito empresarial, com a criação das infra-estruturas, para que possam ter as condições idênticas às de qualquer cidadão que nasce nos grandes centros populacionais.



IP3 no distrito em 2005

A que infra-estruturas é que se refere? A rede viária, por exemplo, melhorou na região nos últimos anos...

É verdade, mas noutras zonas melhorou mais rapidamente. E, portanto, nas reuniões que tive com os autarcas estabelecemos critérios e prioridades. Por exemplo, em termos de comunicações: temos que ter as mesmas condições nas comunicações de Internet, nas comunicações telefónicas que têm as grandes zonas metropolitanas. Estamos a trabalhar nesse sentido. Por outro lado, as comunicações rodoviárias são condição sine qua non para que o desenvolvimento se acelere. Penso que neste momento está em condições de se poder avançar para a construção do IP3, de modo que a empreitada esteja pronta em 2005/2006, e isso é fundamental para o desenvolvimento, é uma coluna vertebral de comunicação, em todo este trecho de Lamego-Régua-Vila Real-Chaves e a fronteira. É uma via fundamental e vai, no fundo, irrigar todo o território de Norte a Sul do distrito de Vila Real.

Por outro lado, há a questão da travessia do Marão...

...Também sabemos que a travessia do Marão, com o grande acréscimo de tráfego que teve ao longo dos últimos 10 anos — um crescimento de 5% ao ano — vem tornar o IP4 insuficiente em termos de resposta adequada às condições de trânsito em segurança. A região foi ouvida e, como resultado, o Diário da República publica a abertura de um concurso de concessão para a realização da auto-estrada entre Amarante e Vila Real.

Os vilarealenses podem mesmo contar com a desejada transformação do IP4, ou o processo poderá ainda emperar...

A partir de Janeiro deveremos ter a abertura do concurso para construção e exploração da obra, o que quer dizer que se prevê que, num prazo de 2 anos/2 anos e meio, teremos o problema estratégico de ligação do Distrito de Vila Real e do Nordeste de Portugal à Área Metropolitana do Porto resolvido.

Esta é uma conquista que nós conseguimos com este Governo; depois de termos várias reuniões, conseguimos ser ouvidos, e por isso, já está em prática.

A par disso, como é evidente, estamos com atenção a outros aspectos do desenvolvimento desta região. Entendemos hoje que é fundamental que cada região, cada cidade, cada núcleo mais atractivo, tenha algo com que possa competir com outras regiões. Temos aqui dois núcleos fundamentais -- Vila Real e Chaves -- e é na complementaridade das apostas destes dois núcleos que o desenvolvimento se vai polarizar aqui no distrito.

Por um lado, a Universidade está a fazer um papel fundamental de desenvolvimento do conhecimento, de investigação, que é condição fundamental para conjugar com infra-estruturas que vão ser criadas pelo Governo.

Está a referir-se a...

Refiro-me à futura instalação de Tecnopolos, estruturas indispensáveis ao desenvolvimento de regiões mais interiores do país; penso que poderei dizer que também ao Distrito de Vila Real vai tocar um Tecnopolo.

Temos, portanto, por um lado, esta visão de infra-estruturas, por outro, a atenção ao bem estar da população, onde se inclui a prestação de serviços de saúde. Nesse sentido, eu presido a uma comissão que elaborou e apresentou ao Ministério da Saúde um documento estratégico para que o Centro Hospitalar de Vila Real e o Hospital da Régua possam funcionar como um único Hospital.

Isto quer dizer que vai ser mantido o Hospital da Régua, mas vai passar a haver uma gestão conjunta, fazendo os dois parte de um só corpo: por um lado, há capacidade de poupar nos recursos humanos financeiros e, por outro lado, o que é mais importante, passa-se a prestar um serviço com mais qualidade e adequado às populações.

A descentralização como princípio

Voltando às assimetrias regionais: no seu discurso de tomada de posse, referiu que, para que elas se esbatam, é necessário alterar a arquitectura juridico-política do País...

E está também a acontecer. Com a criação das áreas metropolitanas e comunidades inter-municipais, é possível criar uma arquitectura jurídica, com força de lei, com poder para gerir os projectos que ultrapassem o espaço de cada concelho. A partir daí, as populações já têm este aglomerado a nível de sub-região, com uma capacidade superior ao que tinha uma autarquia isolada. Será mais fácil assim a gestão de projectos integrados de forma a que possa haver vontades, possa haver capacidades críticas, tanto humanas como financeiras para o desenvolvimento integrado.

Com o fim anunciado dos governos civis, a criação dessas estruturas supramunicipais representará uma descentralização real do poder ou uma mera gestão de projectos?

O princípio fundamental é a descentralização. Este Governo entendeu que o desenvolvimento do País, para se fazer de uma forma harmónica, subsidiária e correcta, necessita de descentralização. Já houve descentralizações a vários níveis nas autarquias e agora irá existir descentralização para estas novas arquitecturas. Elas terão a capacidade de gestão de coisas superiores, quer a nível económico, quer a nível social, quer mesmo a nível de infra-estruturas. Portanto, uma organização leve, mas com capacidade de gerir e criar o desenvolvimento da região.



Criar uma centralidade económica

No caso específico do Alto Douro e Trás-os-Montes, como é que estes novos níveis de descentralização podem beneficiar o protagonismo da região?

Um exemplo: já está assumida pelo Governo a criação do Museu do Douro, que é uma estrutura de interesse superior para a própria região, já que vai ser única no país e, portanto, vai dar oportunidades às pessoas, à inteligência existente, à capacidade empresarial da área que abarca esse Museu.

Como é que isso se pode fazer? Com o aproveitamento das capacidades endógenas, do conhecimento, do saber, da história desta região, e portanto, criando forma de cativar turistas, porventura, turistas de maior conhecimento, maior capacidade económica -- e a vinda de capitais exteriores é uma questão central para o desenvolvimento do País. Outro exemplo é o referido Tecnopolo que será financiado pelo Governo Português, mas exigirá parcerias com a própria sociedade e, portanto, isso pressupõe a necessidade de um trabalho de pesquisa, de associação entre as autarquias, o Governo, a sociedade civil e as empresas instaladas, ou que venham a instalar-se. O importante é criar uma centralidade económica que é fundamental para o desenvolvimento desta região. As empresas com valor acrescentado, com mais saber, com mais tecnologia, são fundamentais para o desenvolvimento desta região.

Para regiões do interior que, embora num nível de desenvolvimento diferente dos do litoral, estão ao mesmo tempo perto geograficamente de regiões estrangeiras, como a Galiza, este pode ser um factor que valha a pena aprofundar....

Sim, há um programa dos fundos da UE que é para esse fim, o InterReg. Estes fundos, que existem e que estão postos à disposição das zonas confluentes nas fronteiras de dois países, têm precisamente como alvo as regiões mais deprimidas de modo que lá se possam criar infra-estruturas que sirvam a alavancagem da economia. Este aspecto deve ser associado aos outros factores referidos atrás, de forma a criarem-se todas as sinergias possíveis.

Agora, insisto no ponto de há pouco: é fundamental que as infra-estruturas sejam feitas em determinado tempo. Se não forem, deixa de haver capacidade de recuperar em relação às regiões mais desenvolvidas.



Saber eleger prioridades



Falemos agora um pouco do homem que está por trás do governador. Como é que um engenheiro civil é 'desviado' para a política?

Já antes de chegar à Universidade, sempre tive, por influência de amigos e de pessoas da minha terra, uma aproximação com as questões políticas. Isso foi desenvolvendo-se, e, depois, com a aparição de um homem que é marcante, a seguir ao 25 de Abril -- Francisco Sá Carneiro -- senti-me mais incentivado para esta actividade. Se já no tempo de estudante a desenvolvia com muito gosto, o trabalho e dedicação ao PSD foi depois proporcionando várias responsabilidades como a direcção da Distrital do partido, a participação no Conselho Nacional, etc., e porventura é uma actividade que, depois de entrar, é muito difícil de sair. Porque é uma oportunidade de me dedicar aos princípios que abracei e por outro lado à região que me viu nascer.

Tem tido uma actividade com funções diversificadas, engenheiro civil, gestor de empresas, director de organismos públicos ligados às estradas...Estas experiências constituem uma vantagem para o cargo que agora ocupa ou não há comparação possível?

Sabe, não defendo aquele princípio de que a partir de uma tábua rasa se acrescenta apenas a experiência. Eu entendo que deve haver um misto de experiência e de razão, e, portanto, no meu caso, toda a experiência que adquiri em empresas e organismos junta-se à formação no campo técnico, que foi complementada com formação em gestão e negócios. E isso deu-me esta capacidade de analisar e de lutar por aquilo que é fundamental, deixando assim o acidental para outros tempos mais longínquos. Penso que o papel de um cargo público é precisamente esse, perceber aquilo que é fundamental para as populações e eleger quatro ou cinco questões centrais e lutar por elas; depois outras virão e desenvolverão outras. Claro que um gestor deve ter uma visão estratégica sem esquecer os assuntos do dia-a-dia, a chamada tesouraria, porque às vezes uma pessoa para viabilizar o futuro não pode esquecer o presente. A mesma coisa se passa aqui.

Voltando às suas actividades passadas. A passagem na JAE, a gestão de empresas, a docência...

...Essa ainda mantenho...

...Por quê, tem uma predilecção especial pelo ensino?

Dá-me especial prazer, não pelo dinheiro que ganho, mas faz-me estar mais próximo das necessidades que as pessoas mais novas hoje sentem, e essencialmente dos projectos que têm para a sociedade. Isso é fundamental para alguém que tem responsabilidades como as minhas.

la há pouco perguntar-lhe se, daquelas actividades, houve alguma mais marcante .

São diferentes. Mas penso que a gestão foi a mais completa de todas. As empresas precisam de gestores que percebam do sistema produtivo específico das suas empresas e que tenham conhecimentos adequados do quadro económico e financeiro. Sem estas duas vertentes, é impossível que se façam bons gestores. Sabe que, há 10 ou 15 anos, desenvolveu-se uma tendência, por exemplo na América, em que os quadros superiores eram apenas gestores, o que, como todos sabemos, implicaram maus resultados. Sem estar a defender o meu curso de engenharia, entendo que é da mistura daquelas duas questões (Gestão e Produção) que sai o melhor resultado para a gestão de uma empresa e para a gestão de um sector, de um Governo ou de uma representação, qualquer que ela seja.

Apesar de excessos, como o que acabou de referir, na cultura económica americana, há quem diga que existe na Europa um excessivo conservadorismo e que isso também prejudica...

...O conceito de negócio na nossa educação cristã está carregada de alguma carga negativa. Se formos para a cultura anglo-saxónica, por exemplo, a visão que encontramos é exactamente ao contrário. Eu acho que a simbiose de duas questões é aqui fundamental. O lucro — tem que haver lucro nas empresas, tem que haver lucro nos investimentos — deve ser canalizado com uma visão cristã. Ou seja, nas empresas, cada um tem o seu espaço, cada um tem a sua obrigação, mas a riqueza criada por essas empresas não deve ser para o bolso do seu proprietário, do seu gestor único, mas para o bem-estar de toda a comunidade que faz parte dessa empresa. Defendo a Social Democracia e, por isso mesmo, defendo o Governo que represento.



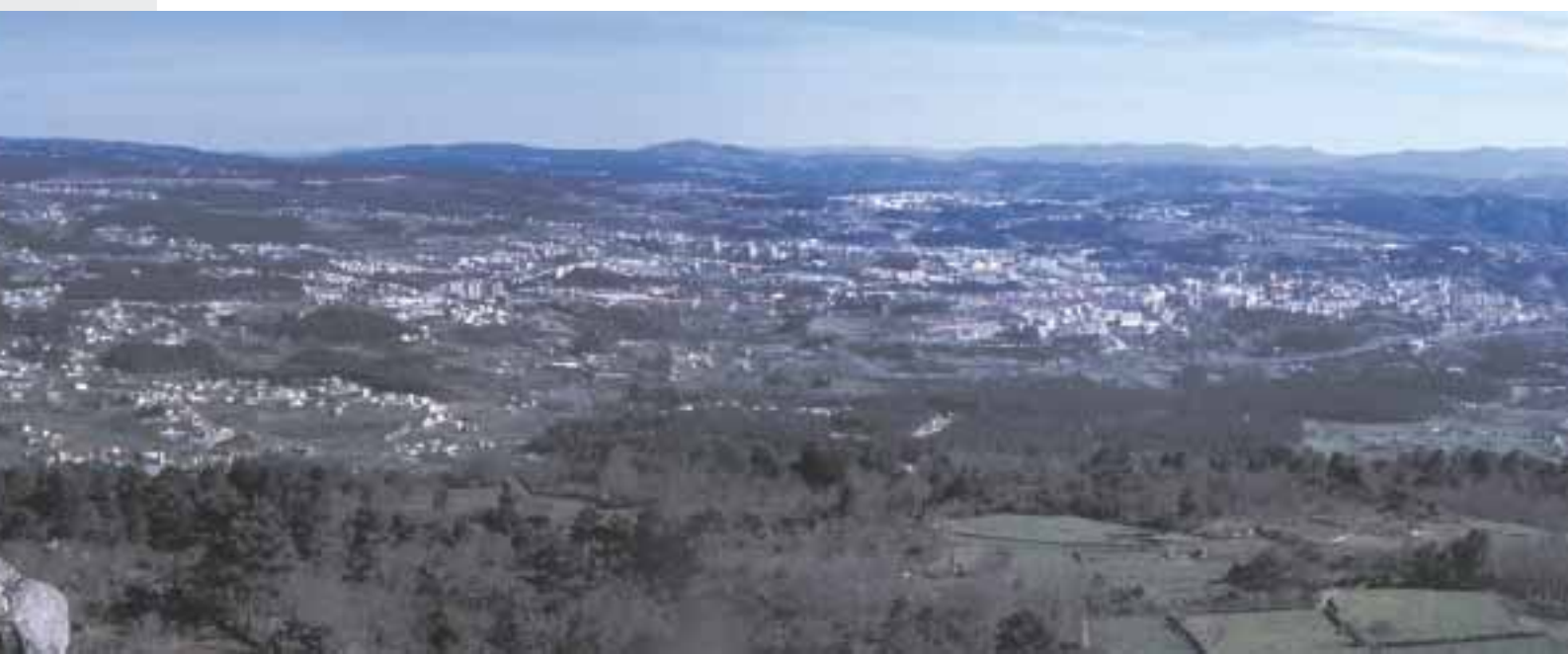


Bor bela



Prioridade à variante da EN 313

Estando bem servida de infra-estruturas básicas como o abastecimento de água e o saneamento, Borbela aposta agora na melhoria das acessibilidades. Uma ligação directa à sede de concelho é, pois, o projecto prioritário para continuar a desenvolver esta freguesia que oferece aos turistas uma bela vista sobre o vale do Alvão.





Borbela, situada a dois quilómetros da cidade, é uma das freguesias onde as principais actividades económicas são o pequeno comércio e a agricultura, embora a pecuária e a carpintaria desempenhem um papel importante, traduzido na capacidade de exportação de coelhos, madeiras e resina.

A população, que se tem mantido nos últimos anos na ordem dos 3500 habitantes, tem na cidade o seu destino diário para o desempenho das respectivas profissões. Daí a importância atribuída pelo presidente da Junta, Luís Carvalho, à implantação de uma Variante à EN 313, que liga a freguesia ao centro de Vila Real. Com o crescimento da população verificado na década de 90, aumentou consideravelmente o fluxo de tráfego nos movimentos pendulares dos borbeleneses. «A variante iria retirar tráfego do centro da povoação e seria uma alternativa aos acessos estreitos e de fraca visibilidade que têm proporcionado alguns acidentes», explica Luís Carvalho.

Esta seria a grande intervenção em termos de melhoria de acessibilidades, que o presidente da Junta tem esperança que possa ser iniciada ainda este ano, mas outras obras estão no horizonte do autarca, nomeadamente aquelas que se destinam a melhorar a circulação no interior da freguesia, como é o caso da prevista nova pavimentação da estrada que liga Borbelinha ao Outeiro.

Futuro pode passar pelo turismo

Numa freguesia onde o comércio não é muito intenso e a indústria não é preponderante, a abertura a outras actividades poderia ser uma alavanca de desenvolvimento para Borbela. O turismo encontra aqui condições proporcionadas pelo património natural que não passam despercebidas. Como pode ler-se numa publicação concelhia, «a parte montanhosa da freguesia com seus caminhos pedregosos é recomendável para aqueles que amam a montanha. De Cravelas desfruta-se de um vasto horizonte em que a beleza rude e bravia das montranhas, assim como Outeiro e Relva nos dão a impressão de um mar ciclópico que se tivesse estagnado perante a violência da natureza. Se subirmos ao alto da serra, essa impressão aumenta, o horizonte dilata-se e a vista perde-se nessa vastidão que parece não ter fim». Luís Carvalho aponta precisamente o Picoto da Relva como a zona ideal para instalar uma área de animação turística, aproveitando a capacidade natural de atracção que a beleza da paisagem e o contacto com a natureza oferecem: «São cerca de 1200 hectares que podem ser aproveitados para criar uma zona de lazer».

Entre os projectos urbanísticos que a Junta de Freguesia tem como meta concretizar, encontram-se o arranjo do chamado «Largo do Somato», cujo novo piso e iluminação vão conferir uma «maior dignidade» a esta praça central de Borbela, e ainda a criação de uma rotunda no cruzamento de Ferreiros, onde será colocado um monumento decorativo.



Borbela

Uma freguesia com história

O documento mais antigo relativo a esta freguesia data de 1086 e pertence à Sé de Braga, facto que parece indiciar uma precoce ligação, decerto tutelar, entre esta instituição e Borbela. Em 1154, D. Afonso Henriques concede a D. Mem Peres, monge bracarense, uma propriedade que possuía na Villa Borvella. Um outro documento de 1205 menciona o lugar de Cravelas e é uma carta de foral concedida a esse lugar. D. Afonso II assinou esse e D. Afonso III um outro, em 1257, em favor da actual povoação de Ferreiros. Segundo as inquirições de 1220, Borbela estava incluída na Terra de Panóias com uma configuração diferente da de hoje.

A coroa tinha aqui muitos terrenos, donde resulta o facto de grande parte do actual território ser um reguengo.

Situada nas imediações da cidade, a freguesia é actualmente constituída pelas povoações de Borbela (que lhe confere o nome), Ferreiros, Flores, Outeiro, Relva, Cravelas de Baixo, Cravelas de Cima, Queiró, Coelhal, Bairro da Carvalha, Bairro Norad/Calçada, Fraga de Almotolia, Courelas/Prado e Borralha.

Área: 12, 09 km²

População: 3500 habitantes

Actividades Económicas: Agricultura, pecuária, exportação de coelhos, serralharia, fabrico de bagaços/aguardentes, construção civil e pequeno comércio

Festas: Santa Maria Maior (1º domingo de Agosto), festa tradicional do Carnaval (em Ferreiros)

Artesanato: tecelagem e cantaria

Locais de interesse turístico: Igreja matriz, ponte romana, moinhos do Corgo, serra do Alvão, Picoto da Relva.

Projecto Aléu

Entre 1999 e Junho deste ano, o Projecto Aléu encetou estratégias e acções na luta contra a pobreza e a exclusão social em Vila Real. Promovido pela autarquia em colaboração com outras entidades, chega agora a altura do balanço daquilo que foi realizado em cada uma das áreas: habitação, apoio a idosos, acção social, animação sócio-educativa, saúde e formação/emprego.

Antes



Um balanço positivo

e depois da recuperação.



«Os objectivos do projecto foram conseguidos, no sentido em que melhorámos as condições de vida das populações mais carenciadas, nomeadamente ao nível social, económico e profissional», explica Albertino do Fundo, vereador da Acção Social da autarquia. Segundo o autarca, a Câmara teve sempre a preocupação em fomentar «a parceria entre as diversas entidades capazes de accionar junto das populações locais intervenções comunitárias, numa perspectiva de criar sinergias a partir de uma estratégia integrada».

O Projecto Aléu incidiu o seu trabalho em cinco vertentes: habitação, acção social (onde se inclui o apoio a idosos crianças e jovens), animação sócio-cultural e recreativa, a saúde e a formação/emprego.

Na área da habitação, foram recuperadas cerca de uma dezena de habitações, tendo sido assim melhoradas as condições logísticas em que as respectivas famílias carenciadas viviam.

«Demos igualmente apoio social a essas famílias», acrescenta

Ana Vilaverde, a coordenadora do Projecto Aléu, «uma vez que o problema das condições físicas aparece frequentemente associado a outros». Este acompanhamento consistiu, na sua grande parte, na formação dos responsáveis das famílias sobre questões de organização doméstica, como a gestão de rendimento familiar e higiene, entre outros.

Estas acções de sensibilização estenderam-se, de igual forma, às famílias que foram realojadas nos complexos habitacionais de Vila Nova e Parada de Cunhos, tendo em vista a sensibilização dos moradores para que estes tenham gosto não só pela nova casa, como pelo bairro, sendo uma forma de os co-responsabilizar pelo espaço envolvente às habitações.

Ainda no âmbito da habitação, foi recuperado o edifício «Ninho», onde passou a funcionar a sede do projecto e está instalada uma ludoteca e um espaço intergeracional, onde jovens e idosos interagem e trocam experiências.



Construção do Centro Social e Paroquial de Abaças (em cima) e de sede social dos Vicentinos (em baixo).





Recuperação de uma habitação: antes e depois...



Apoio domiciliário... ...uma aposta na cobertura concelhia de infra-estruturas de apoio a idosos.

Na vertente da acção social, o apoio a idosos «foi a grande aposta e uma das metas mais bem conseguidas», classifica Albertino do Fundo. O serviço de apoio domiciliário foi um vector que constituiu uma mais valia nesta área, uma vez que, no concelho, as infra-estruturas de apoio aos idosos eram praticamente inexistentes. Após um levantamento prévio das necessidades da população idosa, implantou-se este apoio que consiste, por exemplo, em fornecer refeições, lavagem de roupas, limpeza de casas ou compras de medicamentos. Com este tipo de apoio os idosos evitam a institucionalização em lares, permanecendo em suas casas e tendo uma ajuda imprescindível no seu dia a dia. A base deste serviço foi criada nas casas paroquiais, que, entretanto recuperadas, foram devidamente equipadas com cozinhas e lavandaria, passando aí a funcionar a sede dos centros então criados. S. Tomé do Castelo (apoio a Justes e Lames), Mouços, Constantim (apoio a Arroios), Vale de Nogueiras e Ermida foram as freguesias onde o serviço foi instalado, estando previsto o mesmo para Abaças, Lordelo/Vila Marim e Torgueda. O investimento foi inicialmente do Projecto Aléu para posteriormente passar para a responsabilidade das IPSS e da Segurança Social, já que «uma das filosofias de base do Aléu é que, uma vez finalizado o projecto, aquilo que foi criado possa continuar de forma autónoma», explica Ana Vilaverde.

Entretanto, o projecto Aléu foi trabalhando de forma a que alguns Centros Siciais e Paroquiais deixassem as instalações provisórias e passassem a funcionar em estruturas próprias para o efeito, podendo, ainda, alargar o seu âmbito de actuação. Foi o que aconteceu com a freguesia de S. Tomé do Castelo que passou a ter um Centro Social para onde foi transferida a base do apoio domiciliário e que vai ter também um centro de dia e um ATL para crianças. Em Abaças, graças à parceria com o centro de formação profissional, foram os próprios formandos a dar o seu contributo na empreitada do centro social, que este ano será terminado. Em Mouços, que já tinha a construção do centro social em curso, foi só preciso transferir as valências.

O apoio a jovens e crianças foi outro vector da acção social do projecto, tendo sido instalado uma ludoteca no Bairro de S. Vicente de Paula (onde se construiu a sede social dos «Vicentinos»), outra no edifício «Ninho» e tendo-se dado um importante contributo à abertura do ATL no Centro Social de Santo António. O projecto apostou também na ludoteca itinerante que percorreu outras áreas do concelho, possibilitando que as crianças das aldeias tivessem contacto com livros e jogos.

Ainda no âmbito da dinamização de associações locais, o projecto recuperou uma casa antiga em S. Tomé do Castelo, que é um exemplo de integração na envolvente, e serve hoje de sede ao Grupo Desportivo e Cultural de Linhares.

Na vertente de animação sócio-educativa, a população idosa foi beneficiada com um conjunto de viagens a destinos que nunca tinha tido possibilidades de conhecer, desde Fátima a Lourdes, passando pelo sul de Espanha.



A comemoração do Dia Mundial do Idoso, o almoço de Natal e os diversos convívios realizados em colaboração com os centros sociais fizeram parte das actividades dedicadas ao segmento mais idoso da população.

Quanto aos mais jovens, a comemoração do Dia da Criança, a visita ao Oceanário (Parque das Nações) e as colónias de férias no Algarve foram algumas das iniciativas realizadas.

A população idosa foi um dos destinatários do projecto



Formação Profissional ...uma forma de combater o desemprego feminino.

Na vertente da Saúde, o Aléu promoveu em parceria com a Sub-Região de Saúde de Vila Real acções de sensibilização dedicadas ao alcoolismo e à educação sexual, promovidas por profissionais da área junto da população escolar.

A Formação/Emprego foi outra linha de acção do projecto que envolveu candidaturas ao Programa Operacional de Emprego e Desenvolvimento Social. Uma delas diz respeito à formação para mulheres desempregadas que se dividiu em duas acções: formação em geriatria (para apoio a idosos) e acção educativa. A inserção das formandas no mercado de trabalho saldou-se em 100% na primeira e em 60% na segunda, o que é bastante significativo num concelho onde o desemprego feminino foi um dos dados mais relevantes no levantamento inicial que precedeu à execução do Projecto Aléu.

A formação em apoio familiar e comunitário (para acolhimento de jovens e idosos em alternativa aos centros) e em técnico comercial (empregado de balcão) foram outras candidaturas desta vertente que visam fornecer condições para a população na luta contra o desemprego.



Em cima: Formação Profissional. Ao lado e página seguinte: os jovens foram um grupo beneficiado pelo Aléu.



Quem foi quem no projecto

Designação: Aléu – Projecto de Luta Contra a Pobreza e Exclusão Social

Duração: Setembro de 99 a Junho de 2003

Promotor: Câmara Municipal de Vila Real

Parceiros: Serviço Sub-Regional de S. Social de Vila Real; Centro Social e Paroquial de S. Tomé do Castelo; Santa Casa da Misericórdia de Vila Real; Sub-Região de Saúde de Vila Real; Centro da Área Educativa de Vila Real; Instituto de Emprego e Formação Profissional de Vila Real; Projecto Homem; Associação para o Desenvolvimento Comunitário

Financiamento: Comissariado Regional do Norte de Luta contra a Pobreza e Exclusão Social e Câmara Municipal de Vila Real

População-Alvo: pessoas/famílias em situação de carência e exclusão social, população idosa, jovens/menores em risco, toxicodependentes

Lacalfer



Fotos: J.P. Linares

A qualidade no tratamento de alumínio

Estando um passo à frente do seu sector na certificação do seu produto, a Lacalfer é especialista na lacagem de metais desde há nove anos.

Um exemplo de luta contra as dificuldades da conjuntura actual e que busca no mercado internacional novas oportunidades de negócio.

A actividade da Lacalfer, iniciada em 1994, divide-se em duas componentes: o tratamento de superfícies, nomeadamente a lacagem de alumínios e ferro, e a comercialização de perfis de alumínio para a construção civil e indústria de mobiliário.

No mercado nacional, o destino prioritário da venda directa é a região do Porto (60%), seguindo-se Viseu (30%) e depois Vila Real (10%). No último ano, o mercado de revenda para a

Lacalfer, centrado sobretudo em Lisboa, possibilitou um escoamento de cerca de 20 toneladas de perfis. Apesar disso, António Joaquim, engenheiro e administrador da empresa, não mostra entusiasmo face a um abaixamento geral da produção, a condizer com a conjuntura nacional. «A construção civil absorve 90 % do que produzimos e como este sector está em baixa, nós sofremos esse efeito», explica.



Mercado externo

O mercado internacional tem sido a grande alavanca da produção da Lacalfer, considerando que só para França, onde se situa o principal cliente estrangeiro, a empresa tem exportado cerca de 80 a 100 toneladas por ano. As atenções estão também viradas para o continente africano, a partir do momento em que no ano transacto se venderam para Angola 100 toneladas em apenas dois meses.

Uma das apostas da Lacalfer é a qualidade do seu produto, o que está avalizado pelo certificado Qualicoat. Esta certificação é conferida pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil o que obrigou a um investimento de oito mil contos para equipar a empresa de modo a cumprir todos os requisitos exigidos. As análises são feitas diariamente por uma engenheira química num laboratório montado na Lacalfer e põem à prova a qualidade da lacagem: corrosão, compressão, elasticidade, etc. São várias as operações que testam o tratamento dado aos perfis de alumínio e ferro.



Apesar disso, as mais-valias desta certificação ainda não se fazem sentir como seria de desejar. O mercado nacional do sector ainda não «acordou» para a questão da qualidade, de modo que isso não tem grangeado mais clientes à Lacalfer. «Mais tarde ou mais cedo isso acabará por acontecer», diz António Joaquim, «mas por enquanto, infelizmente, a ‘Qualicoat’ pouco diz aos construtores civis portugueses. Quando o próprio sector da construção civil tiver que ser certificado, os fornecedores terão que o ser igualmente». Como noutros sectores, esta não valorização da qualidade é um espelho do nível cultural do País, uma vez que

noutros países as coisas já são diferentes. «Tenho a certeza que um dos critérios de quem nos escolheu para sermos fornecedores do nosso cliente francês foi o facto de estarmos certificados», conclui o empresário.



Vila Real mais verde

Jardim da Carreira volta a ser ponto de encontro

Fotos: Victor Pereira





A criação do Jardim da Carreira remonta ao século XVIII, tendo ao longo do tempo sido alvo de diferentes remodelações. Este espaço central da cidade foi desempenhando um papel social importante, sendo palco frequentemente de concertos, verbenas e outras manifestações culturais, mas acima de tudo um excelente pretexto de convívio.

Nas décadas mais recentes, o crescimento da cidade e a criação de outros pontos de interesse relativizou-o nesse papel e a autarquia, atenta a esse fenómeno, encetou a sua requalificação. As obras de beneficiação, que incluem sobretudo a escadaria nascente, a ampliação do parque infantil, o rink de patinagem e o quiosque/café, vieram contribuir para a recuperação da atractividade de outros tempos, voltando agora a ser um espaço de lazer aprazível.







Executivo aprova projecto de construção

Novo Jardim de Infância para Bairro S. Vicente de Paula

O Jardim de Infância do Bairro de S. Vicente de Paula dispõe, actualmente, de três salas de actividades e mais dois espaços que servem para actividades extracurriculares e para as actividades da Componente de Apoio Social à Família (prolongamento de horário e almoço), sendo frequentado por 75 crianças, com idades compreendidas entre os 4 e os 5 anos.

O aumento do número de inscrições de crianças neste Jardim de Infância deve-se essencialmente ao funcionamento da Componente de Apoio Social à Família, o que permite que os pais possam colocar as crianças no Jardim de Infância a partir das 9h e recolhê-las até às 18h, bem como o aumento de moradores na zona envolvente ao Jardim de Infância, o que tem provocado uma "lista de espera" de mais de 40 crianças.

Sensível a esta questão a Câmara Municipal encontrou uma

solução provisória tendo em vista a diminuição do número de crianças em "lista de espera", pelo que solicitou autorização à Direcção Regional de Educação do Norte, a qual aceitou, para o funcionamento de uma sala de actividades no edifício conhecido como "Sede dos Vicentinos", o que permite a frequência a mais 25 crianças no ano lectivo 2002 / 2003.

Constata-se, assim, a necessidade de se construir um novo Jardim de Infância (nº2 do Bairro S. Vicente de Paula) que possibilite acabar, ou pelo menos, diminuir a "lista de espera" e, ao mesmo tempo, a existência de instalações para a confecção de refeições às crianças do Jardim de Infância e da Escola do 1º CEB do Bairro, projecto que foi aprovado pelo executivo municipal. O investimento está orçado em cerca de 320.108,20 €, com um prazo de execução das obras de 160 dias, após a sua consignação.

Vila Real com espaço público para acesso à internet



O Espaço Internet, situado na Av. 1º de Maio, junto ao Hotel Miracorgo, está vocacionado para a fruição das vantagens oferecidas pela internet (disponível das 9h00 às 19h00), para todos aqueles que em busca de conhecimento e de momento de lazer entendam navegar através desta nova tecnologia. Este equipamento, lançado pela Câmara Municipal, em colaboração com o Ministério da Ciência e Ensino Superior, no âmbito do Programa POSI, representa



um investimento de 150 000 € (cento e cinquenta mil euros), podendo ser utilizado por cidadãos portadores de incapacidade visual, auditiva e mental, dispondo de um monitor a tempo inteiro.

A inauguração contou com o então Ministro das Cidades, do Ordenamento do Território e do Ambiente, Isaltino de Moraes, que se deslocou a Vila Real a propósito de uma sessão de trabalho no âmbito do Programa Pólis Vila Real.

Autarquia assinala Dia Mundial dos Direitos do Consumidor com Acção de Sensibilização

Desde 1962, altura da declaração do então Presidente Americano J.F. Kennedy, que se comemora o "Dia Mundial dos Direitos do Consumidor", uma data importante para todos os que, dia a dia, têm a árdua tarefa de justificar com o seu labor, a consagração prática dos Direitos do Consumidor.

Exigindo o cumprimento da Lei, procurando diminuir os custos do acesso à justiça por parte do cidadão, procurando, localmente, dirimir os conflitos de consumo existentes, ultrapassando barreiras sociais e políticas, estabelecendo códigos de conduta entre as partes ditas antagónicas. O "Dia Mundial dos Direitos do Consumidor", é assim o momento alto de um vasto trabalho anual que tem por fim

COMO, LOGO EXISTO
COMO COM SEGURANÇA,
EXISTO MELHOR

DIREITOS E DEVERES
DO CONSUMIDOR
TROÇADOS POR MILHÕES

a Educação para o Consumo e a informação específica e detalhada para o consumidor, o qual deve em perfeita consciência exercer as suas opções de consumo.

Serve esta comemoração para mediatizar um problema do quotidiano, matéria económica que diz respeito a todos, ou não estivesse minimamente ligada à prosperidade e satisfação geral das populações com a política económica do País. A Autarquia de Vila Real, através do seu Centro de Informação Autárquico ao Consumidor – CIAC e a Associação Comercial e Industrial de Vila Real não podiam deixar passar esta comemoração sem apelar à reflexão de todos para os seus actos de consumo pelo que assinalou a data com uma Acção de Sensibilização.



Autarquia vila-realense associou-se às comemorações

Dia Mundial da Árvore

A Câmara Municipal, consciente do simbolismo da data, associou-se às comemorações do Dia Mundial da Árvore, através da plantação de seis árvores, gentilmente cedidas pela Associação Florestal do Vale Douro Norte.

Neste acto, que teve lugar na Avenida de Osnabrück participaram cerca de 100 crianças, provenientes do 4º Ano da

Escola do 1º CEB da Araucária e da APPC (Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral – Núcleo de Vila Real).

Com este género de iniciativas a Autarquia pretende contribuir para a sensibilização dos adultos, através de um gesto simbólico dos mais jovens, relativamente ao papel primordial da árvore como factor ambiental.

II FestAnd

A Câmara Municipal, em parceria com a Associação de Andebol de Vila Real e no âmbito do Protocolo celebrado em 2002 para o desenvolvimento da modalidade na região, organizou o segundo torneio de Mini-Andebol denominado "FestAnd". Este torneio, realizou-se no Pavilhão do Instituto Nacional do Desporto, com cerca de 120 alunos da Escola Nº7 do 1º Ciclo do Ensino Básico do Agrupamento de Escolas VilaDouro e com as crianças do Bugalho.

Esta iniciativa, pretendeu não só divulgar a modalidade

entre as crianças/alunos, como também, captar atletas para as camadas jovens dos clubes da nossa Cidade.

A Câmara Municipal disponibilizou, para este evento, os transportes, a oferta de lanches e diplomas de participação para as crianças, que receberam, ainda, um pequeno prémio pela Associação de Andebol.

O bom funcionamento do torneio foi garantido pela presença de 5 monitores devidamente credenciados nesta modalidade, que efectuaram o acompanhamento constante dos alunos.

I Encontro de Mini-Polo Aquático 4x4

A Câmara Municipal de Vila Real em parceria com a Associação Regional de Natação do Nordeste, organizou o I Encontro de Mini-Polo Aquático, na Piscina Municipal de Vila Real. Este encontro teve a participação de todas as escolas de natação da região transmontana e dos clubes filiados na ARNN.

Registou-se a presença de cerca de 200 crianças, com idades compreendidas entre os 7 e os 12 anos, em representação das seguintes escolas/clubes: Escola de Natação de Mesão Frio; Vila Pouca de Aguiar; Chaves; Alijó; Moimenta da Beira; São João da Pesqueira e Vila Real. Em representa-

ção da nossa cidade tivemos as classes de natação da CMVR e do Ginásio Clube de Vila Real.

Este encontro foi realizado em formato de torneio, dividido em dois escalões consoante as idades - escalão A (dos 7 aos 9 anos) e escalão B (dos 10 aos 12 anos) - e consistiu em jogos de mini-polo aquático, com regras adaptadas para o efeito, em piscina com pé.

Esta iniciativa, pretendeu não só divulgar uma variante da modalidade de Polo Aquático, o mini-polo 4x4, entre as crianças, como também, captar atletas para as camadas jovens dos clubes da nossa Cidade.



Campeã vai ter novo centro de saúde

As populações da Freguesia da Campeã e do lugar de Campanhó, no concelho de Mondim de Basto, vão poder usufruir, muito em breve, de melhores condições de acesso aos cuidados de saúde primários.

Trata-se de um investimento global de cerca de 600 000€, valor correspondente à construção e equipamento desta unidade, da responsabilidade da Administração Regional de Saúde, tendo a Câmara Municipal cedido o terreno.